

TRT confirma pagamento de passivos em dezembro

Sindicato cobra uso de sobras orçamentárias em todos tribunais para quitar dívidas e benefícios

O TRT paga passivos trabalhistas a magistrados e servidores neste mês de dezembro. A informação foi confirmada por telefone, embora o Tribunal tenha manifestado formalmente em pedido do Sindicato não ter condições de detalhar os passivos a serem quitados em virtude do trabalho de preparação da folha.

No entanto, a informação extraoficial é que os passivos referem-se a funções comissionadas (FCs), à URV, ao adicional de qualificação (AQ) e a variações provocadas por progressão e enquadramento, com valores gerados pelas diferenças entre o período de concessão e o de pagamento.

O Sindicato solicitou dados sobre os valores de cada parcela, o montante destinado a ativos, aposentados e pensionistas, e o saldo remanescente.

Em reunião com diretores do Sindicato no final de novembro, o presidente do TRT, desembargador Wil-

son Fernandes, havia adiantado que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) liberaria créditos suplementares para reduzir passivos em todo o país. Sem no entanto detalhar quais seriam os passivos, nem os valores destinados a magistrados e a servidores.

Sobras orçamentárias

O Sintrajud pedirá a todos os tribunais que as sobras orçamentárias sejam usadas no pagamento de passivos e reajuste de benefícios, que permanecem congelados neste ano.

O acompanhamento da execução orçamentária feito pelo economista Washington Lima, assessor do Sindicato, mostra que há sobras em todos os tribunais. Pela emenda do teto de gastos, aprovada no ano passado, os recursos não utilizados serão deduzidos do orçamento de cada órgão no ano seguinte.

Pedidas audiências no TRE para discutir problemas da biometria

O Sintrajud protocolou nesta terça-feira, 12, pedido urgente de audiência com o presidente do TRE, desembargador Mário Devienne Ferraz, para discutir problemas levantados pelos servidores quanto ao recadastramento biométrico do eleitorado. Também foi solicitada reunião com a diretora geral do Tribunal, Jade Almeida Prometti.

A falta de condições de trabalho e pessoal nos cartórios eleitorais, um boato disseminado nas redes sociais e a falta de um planejamento adequado da implantação do novo sistema têm gerado sobrecarga extra aos servidores da Justiça Eleitoral neste fim de ano. A notícia falsa, a falta de esclarecimentos por parte do Tribunal (que se

limitou a divulgar nota e um vídeo desmentindo as informações) e a intensificação do atendimento (com plantões aos sábados e feriados) devido ao recadastramento e ao rezoneamento, têm estimulado o fluxo populacional acima da média.

Chegaram ao Sintrajud inclusive denúncias da ocorrência de conflitos entre eleitores e servidores nos cartórios do interior do Estado, como Marília e Cangaíba.

O Sindicato cobra que o Tribunal reforce os esclarecimentos ao eleitorado - inclusive quanto à exigência de agendamento prévio, o prazo do recadastramento e onde ele não é obrigatório até março.

O Sintrajud cobra também o pagamento das horas extras.

TRF finaliza edital de contratação sem debate aprofundado

Em reunião na última segunda-feira, 11, o Grupo de Trabalho instituído pelo TRF-3 após greve dos servidores contra o reajuste abusivo dos planos de saúde definiu os critérios do edital da licitação que será realizada em 2018. “Todo o edital foi definido em apenas duas reuniões, o que foi questionado pelo Sindicato. Percebemos mais preocupação em agradar às operadoras do que atender aos servidores”, criticou Luciana Carneiro, servidora do TRF e diretora do Sintrajud que acompanha o GT.

Serão contratados um plano odontológico (ao qual os servidores poderão aderir em separado) e dois tipos de planos de saúde. A sinistralidade será conjunta aos dois planos, o que pode afetar os reajustes no futuro caso um tenha mais adesão que o outro. “Parece que continuaremos com dois planos rebaixados e caros”, aponta a diretora.

Manter a mobilização contra a reforma da Previdência

Pressionados com o calendário eleitoral e mobilizações, parlamentares ainda não deram maioria ao governo * O Planalto articula empresários e prefeitos, e libera milhões todos os dias para comprar reforma * Sintrajud mantém convocação de greve para o dia da votação



Quando foi concluída esta edição do **Boletim do Judiciário** o governo ainda articulava os 308 votos necessários para aprovar no plenário da Câmara dos Deputados a reforma da Previdência. Temer colocou ministros para forçar as bancadas a fechar questão pró-PEC 287. Mendonça Filho (Educação/DEM) afirmou à imprensa que a maioria dos deputados da sigla votarão contra os trabalhadores. O PSDB também formalizou maioria junto ao governo.

A direção do Sintrajud ressalta a importância da categoria seguir mobilizada. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), já avisou que 'quando eu der a data, é para aprovar'. A previsão é de que ainda no dia 19 deste mês a PEC vá a voto. Neste dia, o Sintrajud e a CSP-Conlutas defendem a convocação de uma greve geral. As demais centrais se comprometeram a convocar paralisações na votação. Em assembleia no dia 5/12 - Greve Nacional contra a Reforma - a categoria aprovou seguir na luta contra a PEC.

A Conlutas divulgou nota sobre a convocação da greve geral que está disponível na página do Sintrajud na internet. Trechos foram publicados também na edição 570 do **Jornal do**

Judiciário repudiando a suspensão da greve marcada para o dia 5/12.

Rios de dinheiro jorrando

A liberação de cargos, emendas e outras manobras para comprar apoio à reforma flui sem limites. O jornal 'O Estado de S.Paulo' noticiou que "nos primeiros dez dias de dezembro, já foram reservados R\$ 474,1 milhões, mais dos que os R\$ 434,9 milhões de todo o mês anterior. Até domingo, foram empenhados R\$ 6,2 milhões no ano" em emendas para os deputados. Temer também anunciou a liberação de R\$ 2 bilhões a título de auxílio financeiro aos municípios ainda neste mês. Na semana passada já havia prometido mais R\$ 3 bilhões a serem distribuídos às cidades em 2018, se a reforma for aprovada.

Sintrajud e Fenajufe em campo em Brasília

Nesta quarta-feira, 12, dirigentes da Fenajufe e sindicatos filiados estiveram em Brasília para reforçar a pressão contra a reforma junto aos deputados. Tarcísio Ferreira, coordenador do Sintrajud e da Federação, participou da ação na Câmara dos Deputados.

Tarcísio também conversou com o deputado Rogério Rosso (PSD/DF), presidente da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória 805/2017. A MP aumenta a alíquota previdenciária do funcionalismo de 11% para 14% e congela por dois anos os reajustes no Executivo Federal.

Questionado sobre a votação, que é parte do pacote da reforma previdenciária, Rosso afirmou que a análise da MP deve ficar para depois do recesso parlamentar, em março de 2018.

O Sintrajud ajuizou ação coletiva com pedido de tutela de urgência contra o aumento da alíquota, que entra em vigor em 1º de fevereiro, alegando violação das regras constitucionais e tributárias ao estabelecer um confisco remuneratório. O processo tramita na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. A 5ª Vara Federal do DF conferiu neste dia 13 suspensão da alíquota em ação do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do Estado de São Paulo, para sindicalizados àquela entidade, usando os mesmos argumentos do Sintrajud.

União pede novo prazo em ação contra propaganda enganosa

A Procuradoria da Fazenda Nacional manifestou-se no processo do Sintrajud que pede a suspensão da propaganda que ataca os servidores públicos para defender a reforma. A manifestação no entanto apenas requereu mais prazo. O procurador José Bezerra Soares afirmou que a PFN "por equívoco, recebeu intimação destinada à Procuradoria-Regional da União em causa não-tributária realizada por meio de mandado de intimação, razão pela qual se requer a expedição de novo mandado de intimação destinado à PRU-3ª Região, devolvendo-lhe o prazo".